

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A REPRESSÃO MILITAR EM NATAL
(1964 - 1971)

Maria Conceição da Cruz

Natal - 1997

Maria Conceição da Cruz

**A REPRESSÃO MILITAR EM NATAL
(1964 - 1971)**

MONOGRAFIA APRESENTADA À DISCIPLINA PESQUISA HISTÓRICA II, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, PARA EFEITO DE GRADUAÇÃO NO CURSO DE LICENCIATURA/BACHARELADO EM HISTÓRIA, SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR WICLIFFE DE ANDRADE COSTA.

Natal - 1997

Aqueles que me ensinaram a entender a
capacidade de ultrapassar limites,
MEUS PAIS.

A Deus, que através de sua luz nos possibilita ultrapassar os obstáculos da vida.

Aos meus pais, seres que com muito sacrificio possibilitaram a escalada de mais um degrau da vida.

As amigas Aurinete Maciel e Ioneide Albuquerque, pela dedicação e incentivo nas horas difíceis.

Ao professor Wicliffe de Andrade Costa, por sua dedicação e compromisso às disciplinas por ele lecionadas.

A professora Aurinete, pela dedicação e disponibilidade em nos orientar nos momentos necessários.

Aos colegas de curso que tanto nos incentivam nas horas difíceis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
I - RETROSPECTIVA DO GOVERNO <u>JOÃO GOULARD</u>	06
1. Aspectos políticos, econômicos e sociais que antecederam o golpe de 1964	06
2. Deflagração do golpe em nível nacional	11
II - ADMINISTRAÇÃO DOS PRESIDENTES MILITARES	17
1. Governo de Humberto de Alencar Castelo Branco - 1964 a 1967	17
2. Governo de Artur da Costa e Silva - 1967 a 1969	21
3. Governo de Emílio Garrastazu Médice - 1969 a 1974	24
III - O GOLPE MILITAR EM NATAL	30
1. O governo de Aluizio Alves	30
2. Administração de Djalma Maranhão	36
3. Deflagração do golpe em Natal	40
4. A repressão - prisões e torturas	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
BIBLIOGRAFIA	50

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o golpe militar de 1964, focalizando a trajetória da repressão vivida pelos políticos, estudantes e sindicalistas no período de 1964 a 1971.

Com base na Doutrina da Segurança Nacional os militares cometeram muitas atrocidades, argumentando que o inimigo estava dentro do próprio país e deveria ser exterminado de qualquer maneira.

Visando alcançar esse objetivo, no primeiro capítulo fizemos um retrospecto sobre o governo de João Goulart, enfocando os aspectos políticos, econômicos e sociais que culminaram no golpe.

No segundo capítulo, analisamos as administrações dos governos militares, Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médice, destacando as medidas de repressão aplicadas por eles durante o período da administração de cada um.

No terceiro e último capítulo, mostramos a deflagração do golpe militar em Natal, enfatizando o governo de Aluizio Alves e administração do prefeito de Natal, Djalma Maranhão. Analisamos, também, a deflagração do golpe militar em Natal e a trajetória da repressão vivida por aqueles que ficaram presos nos quartéis da ditadura.

I - RETROSPECTIVA DO GOVERNO JOÃO GOULART

1. ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS QUE ANTECEDERAM O GOLPE DE 1964.

O início dos anos 60 foi bastante conturbado para as elites brasileiras. O país enfrentava uma crise político-econômica muito grande.

A crise econômica se manifestou quando se reduziu o índice de investimentos, diminuindo assim a entrada de capital, tendo como consequência a queda nas taxas de lucro e aumento da inflação. No campo político a crise aflorou através de mobilizações populares em favor de reformas estruturais na sociedade brasileira; daí surgiu um nacionalismo de esquerda que exerceu grande influência nessas mobilizações, repercutindo diretamente na educação e cultura brasileira.

O quadro político brasileiro era grave e, em face a tantas pressões, o então presidente Jânio da Silva Quadros renunciou ao cargo, em 25 de agosto de 1961, através de uma carta enviada ao Congresso Nacional, deixando assim toda a Nação Brasileira surpresa e deveras confusa com as razões apresentadas pelo presidente. Segundo Thomas Skidmore, "*Os líderes do Congresso aceitam a renúncia como fato consumado*".¹

A Constituição Brasileira de 1946, era clara: se a presidência ficasse vaga, o vice presidente assumiria o poder.

Na época, o vice presidente João Belchior Goulart não se encontrava no Brasil; viajara em missão econômica para a República Popular da China. Assumiu, então, o cargo, em caráter provisório, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Ao retornar ao país, João Goulart deparou-se com um grande impasse, criado pelas massas populares e os partidos de esquerda que defendiam sua posse no cargo, em oposição a uma facção de militares que se mostraram contrários.

O Congresso Nacional, como uma forma conciliatória, criou o Sistema Parlamentar, tomando, assim, mais determinada a oposição militar que, inconformada, publicou um manifesto no qual acusava João Goulart de agitador dos meios operários e de que o mesmo pretendia transformar as Forças Armadas em milícias comunistas.

No dia 02 de setembro de 1961, o Congresso Nacional adotou uma Emenda Constitucional, instituindo o Sistema Parlamentarista. Conforme Thomas Skidmore, *“com essa atitude os ministros entendem que não poderiam lutar contra as divergências de opiniões dentro do próprio Exército e aceitam o compromisso parlamentar”*².

Dessa forma, em 07 de setembro de 1961, João Goulart prestou juramento como presidente da República. Para Thomas Skidmore, *“a crise da sucessão demonstra que no momento em que o processo político é abalado, a opinião dos militares se torna decisiva. Se os militares estivessem unidos contra a ascensão de João Goulart, é provável que ele nunca tivesse assumido a presidência”*³.

João Goulart não era politicamente forte e só conseguiu assumir a presidência graças à falta de consenso entre os militares, o que enfraqueceu muito o movimento anti-posse. Caso contrário a ditadura militar teria sido implantada no Brasil em 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadro.

João Goulart era o novo presidente da República e Tancredo Neves o 1º Ministro. As esquerdas não aceitaram com bons olhos a pessoa do então ministro, por acharem que o mesmo adotava uma política conservadora.

Nos primeiros seis meses do seu mandato, João Goulart trabalhou com o objetivo de consolidar sua posição política.

Tendo os seus poderes reduzidos, o presidente empossado encontrou os credores do Brasil em estado de alerta. Mesmo assim foram reiniciadas as negociações, apesar de ser do conhecimento destes credores a luta política que João Goulart enfrentou para assumir a presidência da República em virtude de suas tendências es-

querdistas. Tudo isso dificultou de forma acintosa os empréstimos e as negociações na área econômica.

João Goulart tinha consciência de que precisava convencer as autoridades do Fundo Monetário Internacional - FMI, da seriedade de suas intenções. Para tanto viajou aos Estados Unidos em busca de liberação de verbas através de negociações financeiras. Nos EEUU, João Goulart e o presidente John Kennedy publicaram um comunicado reafirmando apoio ao Mercado Comum latino-americano. No tocante à Aliança Para o Progresso, que era o projeto de maior interesse americano, João Goulart mostrou-se indiferente, fazendo com que o governo americano entendesse que João Goulart não iria continuar o programa de combate à inflação iniciado por Jânio Quadros.

Ao retornar ao Brasil, João Goulart verificou que sua popularidade política estava em declínio, pois o Brasil mergulhava numa profunda crise financeira. As esquerdas reclamavam das negociações do presidente com o governo americano e exigiam maior agilidade nas reformas de base.

Em 1º de maio de 1962, João Goulart fez um discurso em Volta Redonda, Rio de Janeiro, no qual afirmou que eram urgentes as reformas e que estas aconteceriam de forma constitucional. Essas afirmações provocaram mais uma crise política, levando o 1º Ministro, Tancredo Neves, a renunciar ao cargo com alegações de que se candidataria ao governo do Estado de Minas Gerais.

Mesmo sob os olhares de desconfiança do Congresso Nacional, assumiu o cargo de 1º Ministro, Brochado da Rocha, que contava somente com o apoio dos esquerdistas.

Segundo Daniel Aarão Reis, *“para os comunistas, estavam dadas as condições para o governo dos seus sonhos e a pressão das massas poderia ser um fator decisivo nesse sentido”*.⁴ No entanto, logo as esquerdas perceberam que os encaminhamentos dados por João Goulart e Brochado da Rocha não estavam acontecendo como eles desejavam.

Em setembro de 1962, Brochado da Rocha solicitou do Congresso Nacional ampla delegação de poderes legislativo. Os Deputados não se entusiasma-

ram pela proposta. Brochado da Rocha, sentindo-se derrotado, renunciou. Mais uma vez o país ficou sem seu 1º Ministro.

As crises no governo João Goulart tornaram-se uma constante; a inflação já se tornara incontrolável. O presidente solicitou do Congresso a antecipação para implantação do Sistema Presidencialista. Em janeiro de 1963, o povo brasileiro votou a favor do sistema presidencialista. João Goulart entrou para a história brasileira como verdadeiro presidente do Brasil.

Em meio à crise, João Goulart convocou os especialistas, San Thiago Dantas e Celso Furtado, membros da esquerda moderada, para elaborarem um Programa de Estabilização Econômica. Eles apresentaram um plano econômico trienal, que visava manter o crescimento da economia e a redução do ritmo da inflação. O plano obteve a aprovação do FMI, no entanto, gozou da incredibilidade dos credores americanos, os quais, muito exigentes, afirmavam que cada empréstimo ao Brasil ficaria na dependência do sucesso do Programa de Estabilização.

A partir da cooperação de San Thiago e Celso Furtado, o plano trienal começou a ser executado. A primeira fase exigiu medidas impopulares que, para reduzir o déficit no setor público, cortou os subsídios para o trigo e a gasolina, afetando diretamente os custos do transporte e do pão, refletindo diretamente na vida dos trabalhadores. Foi adotada, também, uma firme política salarial que atingiu diretamente funcionários civis e militares quando reduziu os percentuais de aumento de 60% para 40%. Isso foi uma determinação dos credores americanos para que houvesse ajuda financeira e renegociação da dívida externa brasileira.

A reforma agrária também foi outro ponto polêmico dentro do Plano Trienal. San Thiago Dantas e Celso Furtado apresentaram ao Congresso Nacional uma Lei de Reforma Agrária, a qual propunha a indenização de terras através de apólices do governo e não em moeda corrente. Este Projeto de Lei sofreu rejeição do Congresso Nacional e, com isso, surgiu uma nova crise no quadro político brasileiro, tendo como figura principal o líder da esquerda radical Leonel Brizola, exigindo de João Goulart a adoção de medidas extremas, com ou sem o apoio do Congresso, como: o confisco de terras, os proprietários recebiam indenizações mínimas pelas terras confiscadas.

Os deputados exigiram que João Goulart repudiasse os ataques de Brizola contra o Congresso. O Ministro da Guerra, Amauri Kruehl, advertiu o presidente quanto às denúncias dos oficiais conservadores e aconselham-no a se precaver contra os ataques de Brizola. Sob a visão de Thomas Skidmore, “*isso trás como consequência para João Goulart a perda do apoio da esquerda e o fortalecimento de seus opositores na direita*”.⁵

As crises continuaram e, em julho, San Thiago Dantas renunciou ao cargo de Ministro e João Goulart concedeu aumento salarial de 70% aos funcionários, contrariando todas as negociações feitas por San Thiago Dantas com os credores americanos.

Nessa época, a crise política e econômica brasileira serviu de manchetes nos jornais do mundo inteiro, abalando internacionalmente a credibilidade do Brasil.

Estes fatos levaram a uma crise de grandes proporções, dando lugar a graves incidentes no quadro político nacional. O exemplo disso foi a rebelião de sargentos, fuzileiros navais e soldados da aeronáutica que, em Brasília, ^{que} tentaram assumir o controle do governo, começando por prender o presidente da Câmara dos Deputados e o Ministro do Supremo Tribunal. Todo este movimento serviu para conscientizar os parlamentares da vulnerabilidade do poder do presidente.

Após o episódio em Brasília, iniciou-se uma onda de greves, sendo que a maior delas foi a greve dos bancários, levando a população aos bancos, numa verdadeira corrida, pressionando o governo para que emitisse moeda. Isto resultou no aumento da inflação.

Os militares que compunham os altos escalões das Forças Armadas deram sinais de grande preocupação com a atitude pacífica do presidente em relação aos rebeldes que estavam levando o país ao caos.

Em meio a tantos problemas, o então governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, concedeu uma entrevista a um jornalista americano acusando o presidente de conivência com os comunistas, afirmando que o mesmo ainda permanecia no poder por falta de decisão e iniciativa dos militares. Isso constituiu um sinal de alerta para os militares em processo de organização. Então reuniram a alta cúpula e arquite-

taram o golpe, trazendo para o Brasil especialistas, dirigentes sindicais americanos que conheciam as técnicas de controle e orientação de organização operárias, bem como militares treinados em métodos de tortura física que não deixavam vestígios.

Os militares fizeram uma campanha de “*conscientização*” da população, repassando ao povo que o Brasil estava às vésperas de uma revolução socialista e que o presidente João Goulart comungava dos ideais comunistas.

Em meio a tanta falta de confiança do povo e sob forte pressão dos militares, o presidente cedeu às idéias da esquerda radical representada por Leonel Brizola, que o incentivara a proferir discursos, em comícios, propagando reformas de base. Sob a ótica de Thomas Skidmore, “*a idéia era passar por cima do Congresso Nacional, lançando mão do poder Executivo e quando o Congresso protestasse, o presidente poderia recorrer a plebiscito para demonstrar apoio popular com que contava*”.⁶

Essa atitude do presidente fez com que o mesmo perdesse o apoio de uma pequena cúpula de militares que até então lhe eram fiéis e o apoiavam.

Em 13 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, reduto do seu principal inimigo político, Carlos Lacerda, João Goulart realizou um comício que serviu de ponto de partida para o término de seu governo através do golpe militar de 31 de março de 1964.

2. DEFLAGRAÇÃO DO GOLPE EM NÍVEL NACIONAL

Em princípio de 1964, João Goulart percebeu que suas medidas de reformas de base não seriam aprovadas pelo Congresso Nacional e resolveu agir de acordo com as idéias nacionalistas radicais. Marcou uma série de comícios em todo o país para assim tornar suas medidas conhecidas da sociedade e fazê-las funcionar através de decretos.

Em 13 de março de 1964 foi realizado o primeiro comício no Rio de Janeiro. O comício foi realizado de forma que tivesse a participação das camadas populares e de trabalhadores da Petrobrás, das refinarias do Rio de Janeiro e integrantes dos sindicatos.

Temeroso com o que pudesse acontecer com a realização do comício, uma vez que o governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, era seu inimigo, João Goulart pediu reforço policial ao Exército. Em contrapartida Carlos Lacerda decretou feriado estadual visando a saída da população da cidade e conseqüentemente o não comparecimento do povo ao evento. Mesmo valendo-se desta estratégia, grande foi o número de trabalhadores que marcaram suas presenças.

A nação inteira teve conhecimento do comício, pois teve cobertura total da televisão e isso causou um clima de muita tensão à população brasileira.

Ao proferir as primeiras palavras do seu discurso, João Goulart assinou dois decretos: no primeiro ele nacionalizou todas as refinarias de petróleo particulares; no segundo declarou a desapropriação das propriedades que ultrapassassem cem hectares das margens das rodovias Federais. Falou da reforma agrária e concluiu anunciando novos decretos ou envios de projetos ao Congresso Nacional, visando controlar aluguéis e a reforma tributária, juntamente com a aprovação do voto dos analfabetos e pracinhas. Com esse discurso João Goulart desafiou o Congresso e os militares.

Nesse momento, o Brasil vivia num clima de liberdade de manifestações. As greves eram deflagradas com freqüência, os estudantes saíam às ruas protestando em favor da reforma agrária e da liberdade de votos para os analfabetos. Enfim, o Brasil vivia em clima de democracia social.

Para os militares isso significava perturbação geral da nação. Após o comício de 13 de março de 1964, os militares se solidificaram no ideal de pôr em execução todo o plano do golpe, e em 20 de março de 1964, o chefe do Estado Maior do Exército, Humberto de Alencar Castelo Branco, enviou aos seus subordinados um memorando deixando claro que o comício de 13 de março havia tirado a tranqüilidade dos brasileiros, acabando por consolidar de uma vez por todas o golpe militar. ?

Em 25 de março de 1964, novo episódio intensificou cada vez mais a decisão do golpe. José Anselmo, marinheiro, estudante universitário e organizador da Associação dos Marinheiros foi preso por ordem do então Ministro da Marinha, Almirante Mota, com alegação de que José Anselmo mobilizara policiais navais com idéias de esquerda. Isto revoltou os filiados da associação que se fixaram na sede do Sindicato dos metalúrgicos à espera de uma solução no tocante à prisão do marinheiro Anselmo.

A notícia chegou até o Presidente João Goulart que estava em viagem ao Rio Grande do Sul, retornando imediatamente para resolver o impasse. Ao chegar, o Presidente recebeu conselhos da esquerda radical para demitir o Ministro Mota, o que ~~é~~^{foi} feito, e em seguida nomeava para o cargo Paulo Rodrigues, escolhido pelos líderes do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT. Para os militares essa atitude foi a gota final, pois os mesmos não admitiam lideranças sindicais opinando na nomeação de chefes das Forças Armadas. O Ministro Paulo Rodrigues assumiu o cargo e anistiou os marinheiros rebelados.

Os militares se irritaram profundamente e marcaram a deflagração da tomada do poder para o dia 02 de abril de 1964.

Na madrugada do dia 31 de março de 1964 foi deflagrado o golpe militar através do Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e dos comandantes militares.

O Presidente João Goulart sentiu que sua posição era desesperadora e ao meio-dia do dia 1º de abril voou para Brasília, esperando oferecer resistência. No entanto, percebeu que a situação era grave e voou para Porto Alegre, lá encontrou Leonel Brizola, exigindo-lhe resistência, mas João Goulart se recusou a atender o pedido do mesmo e pediu asilo político ao Uruguai.

Ao abandonar o país, João Goulart deixou vazio o cargo da Presidência da República do Brasil. Então, assumiu o Sr. Raniere Mazzali, Presidente da Câmara dos Deputados. Nesse período, o porta voz dos militares, General Arthur da Costa e Silva nomeou-se Ministro da Guerra do novo governo e usando desse poder resolveu os problemas políticos existentes.

Costa e Silva, ao assumir o cargo de Ministro da Guerra, anunciou a organização de um comando supremo revolucionário composto por ele, o Almirante Augusto Rademaker, da Marinha, e o Brigadeiro Francisco de Assis Correia Melo, da Aeronáutica. O Presidente em exercício, Ranieri Mazzali, confirmou os poderes e os nomeia como ministros militares do seu governo.

Ao deflagarem o golpe, os ministros militares realizaram intervenções nos sindicatos, fecharam organizações estudantis, afastaram professores das universidades, pesquisadores e cientistas. Até os militares de patentes mais baixas que compactuaram com as idéias do Presidente João Goulart foram expulsos, demitidos e transferidos para a reserva.

Segundo Nelson Werneck Sodré, *“a partir do golpe de 1964, os militares convenceram a pequena burguesia de que as forças armadas tinham como papel fundamental salvar Deus, a Pátria e a família das garras do comunismo, apresentado como demoníaco e origem de todos os males”*.⁷

Os militares usaram todos os tipos de artifícios para colocarem a população em dúvida quanto às mudanças econômicas e administrativas pregadas pelo governo João Goulart. Queriam deixar bem claro que o governo de João Goulart visava implantar uma república sindicalista no Brasil.

Nelson Werneck Sodré afirma que *“o Brasil assistia, ao espetáculo espantoso: ser patriota, defender os interesses do país, constituía crime”*.⁸

O patriotismo do povo brasileiro foi encarado como sentimento clandestino, fora da lei, punido com regras do Inquérito Policial Militar - IPM, com o cárcere e a tortura.

No dia 9 de abril de 1964, o alto comando militar assinou o Ato Institucional número 1 (AI - 1), que deu início ao novo regime. Esse Ato determinou que a Constituição de 1946 fosse mantida, sofrendo alterações no tocante aos poderes do presidente.

Os militares lançaram algumas alterações que convinha ao novo regime, como: eleição do novo presidente no prazo de vinte e quatro horas, concessão de poderes ao presidente para decretar o estado de sítio por trinta dias, suspensão de di-

reitos políticos pelo prazo de dez anos, cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, entre outros.

Esse Ato foi apenas o começo da implantação da ditadura no Brasil.

Dois dias depois da publicação do Ato, foi determinada eleição para Presidência da República e o General Humberto de Alencar Castelo Branco foi escolhido. O Congresso Nacional elegeu^o por 361 votos contra 72 abstenções para o cargo de presidente do Brasil.

Nos primeiros dias do golpe, a opinião das pessoas e das organizações, como partidos, sindicatos e instituições diversas foi de perplexidade. Havia uma confiança ingênua de que o processo democrático não seria interrompido. Isto refletia o desconhecimento da realidade em que se encontrava o governo João Goulart. Quando o povo brasileiro percebeu a complexidade da realidade brasileira, o golpe já havia sido deflagrado.

A ditadura, em nome da ordem e segurança Nacional, multiplicou as organizações policiais e ampliou seus poderes, tornando-se instrumento essencial de poder. ?

A meta dos militares, através do golpe, era reprimir e violentar seu próprio povo. Para isso multiplicou os órgãos de espionagem. Instalaram o Serviço Nacional de Informações - SNI, órgão fundamental para o regime militar. Através dele os militares investigavam tudo o que acontecia no país.

Os militares passavam para o povo a imagem de que o país estava vivendo uma catástrofe com a chegada do comunismo e de que, se o golpe não tivesse sido deflagrado, o país seria absorvido pelas idéias comunistas do então Presidente João Goulart.

Assim, Humberto de Alencar Castelo Branco, iniciou sua administração, como sendo o primeiro presidente do Brasil na era da Ditadura Militar.

NOTAS

01. SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985. p. 29.
02. SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo. 1930-1964. p. 261.
03. Id. *ibid.* p. 261.
04. REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltam ao encontro. p. 29.
05. SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo. 1930-1964. p. 291.
06. Id. *ibid.* p. 347.
07. SODRÉ, Nelson Werneck. Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil. p. 30.
08. Id. *ibid.* p. 62.

II - ADMINISTRAÇÃO DOS GOVERNOS MILITARES

1. GOVERNO DE HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO - 1964 A 1967

Em 15 de abril de 1964, assumiu a Presidência da República Humberto de Alencar Castelo Branco, tendo como vice presidente José Maria Alkmim. Os dois foram eleitos pelo Congresso Nacional. Iniciou-se, portanto, a primeira fase da Ditadura Militar.

Castelo Branco começou a perseguição dos cidadãos que concordavam com as propostas do antigo Presidente João Goulart. Foram presos líderes universitários, representantes dos partidos de esquerda, oficiais e praças das três forças armadas, considerados da esquerda, e os organizadores do proletariado urbano e rural.

A repressão do governo Castelo Branco foi severa, especialmente, no Nordeste, devida à atuação, nesta região, de figuras que, para os militares, eram líderes da subversão como: Miguel Arraes, governador de Pernambuco; Celso Furtado, Superintendente da Sudene; Paulo Freire, especialista em alfabetização; Francisco Julião, advogado das Ligas Camponesas; e Gregório Bezerra, ativista do Partido Comunista.

Os militares prenderam todas essas figuras por julgarem que eles sabiam segredos vitais, como nomes de contatos russos ou listas da quais militares seriam exterminados.

Iniciou-se os processos de torturas físicas e psicológicas por todo o Nordeste, chegando notícias da violência no Rio de Janeiro.

O jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, enviou o jornalista Márcio Moreira Alves ao Nordeste para fazer a cobertura das torturas efetuadas pelos militares nessa região.

Segundo Thomas Skidmore, “*As informações que Márcio Moreira Alves recolheu descrevia que as torturas usadas para arrancar confissões dos presos, eram as mesmas usadas para crimes comuns*”.¹ Essas confissões em sua maioria eram falsas, haja vista que alguns presos nada tinham com o golpe, confessando, às vezes, algo que não tinham visto ou participado, apenas para se livrarem das torturas ou livrarem alguém de sua família que estava preso em algum quartel.

A violência através das torturas também ocorria de forma agravante no Rio de Janeiro, através do Centro de Informações da Marinha - CINEMAR e da Polícia do Estado da Guanabara - DOPS. O Cinemar reduziu a violência após o golpe, mas o DOPS continuou por mais tempo.

A repressão continuou com a cassação de mandatos legislativos. 441 brasileiros tiveram seus mandatos cassados, dentre eles, ex-presidentes da República, seis governadores, cinquenta e cinco membros do Legislativo Federal, vários diplo- ?
matas, líderes trabalhistas, oficiais militares, intelectuais e funcionários públicos.

^{Entre os} Dos políticos cassados estava Juscelino Kubtschek, então senador pelo Estado de Goiás. O presidente Castelo Branco relutou em puni-lo, pois não teria boa repercussão internacionalmente, segundo a embaixada norte-americana. O embaixador sentiu que seria mal recebida a notícia da cassação do presidente [?] por parte da opinião pública americana e europeia. No entanto, a opinião do Ministro da Guerra, Costa e Silva, era a de que Juscelino havia colaborado com os subversivos do governo João Goulart.

Em março de 1965 o governo de Castelo Branco enfrentou o primeiro revés eleitoral: as eleições para os governos de São Paulo e Minas Gerais. Elegeu-se o Brigadeiro Faria Lima em São Paulo, apoiado por Jânio Quadros que se encontrava privado de seus direitos políticos. Em Minas Gerais venceu Israel Pinheiro.

Para os militares da linha dura, essa vitória em São Paulo comprometeria as futuras eleições de onze governadores marcadas para outubro de 1965. Editaram uma série de emendas constitucionais, como: Comprovação de quatro anos de domicílio eleitoral nos Estados onde pretendessem concorrer ao cargo; não podiam se candidatar pessoas que tivessem exercido função de Ministro no governo João Goulart.

Mesmo com as medidas adotadas, as eleições decepcionaram o governo federal, uma vez que os candidatos apoiados pelos militares perderam as eleições.

Naquele momento, Castelo Branco enfrentou a maior crise do seu governo. Os oficiais do Primeiro Exército no Rio de Janeiro ficaram furiosos com os resultados das eleições e com o presidente Castelo Branco por ter permitido que os mesmos se efetivassem.

A situação gerou uma série de boatos, acusando que os militares mais exaltados pretendiam depor Castelo Branco e assim instalar um governo revolucionário.

Os militares apresentaram um ultimato ao presidente, dizendo que ele só continuaria como chefe do governo se vetasse a posse dos dois governadores eleitos. Castelo Branco negociou com a alta cúpula militar e os dois governadores tomaram posse.

Esse episódio gerou muita polêmica entre os militares e Castelo Branco assinou o Ato Institucional número 2, em 17 de outubro de 1965. Esse documento deu ao governo poderes para abolir eleições diretas para os cargos de presidente, vice presidente e governadores.

Através do Ato Institucional número 2, o governo de Castelo Branco visou ampliar os poderes do Executivo e restringir os poderes do Judiciário e do Legislativo, utilizando algumas medidas, como: extinção de todos os partidos políticos existentes; concedeu ao Executivo o poder de decretar recesso do Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa; deu poderes para que o presidente nomeasse os ministros do Supremo Tribunal Federal e os Juizes Federais; reiteração para que o presidente e vice da República fossem eleitos indiretamente por um colégio eleitoral composto por membros do Congresso Nacional. A votação seria em sessão pública e o voto nominal.

Após o AI 2 só poderia existir dois partidos políticos: um governista e outro da oposição consentida.

Foram criados os partidos Aliança Renovadora Nacional - ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, esse encarregado de fazer oposição sem contestar o regime.

Em fevereiro de 1946, Castelo Branco editou novo Ato: o de número 3, tornando indireta as eleições para governadores de Estados e fixando que os prefeitos das capitais seriam nomeados pelos governos estaduais.

O governo preparou a redação de uma nova Constituição para substituir a de 1946, impedindo a participação ativa do Congresso Nacional. Essa situação criou um conflito entre o Executivo e o Legislativo, desencadeando a cassação de seis Deputados Federais.

O presidente Adauto Lúcio Cardoso (membro da Arena) não reconheceu a cassação dos Deputados e permitiu a continuidade da atuação dos mesmos. O governo adotou medidas radicais e fechou o Congresso por um mês.

A Constituição foi feita com quase nenhuma participação da oposição, sendo aprovada tanto pela Câmara como pelo Senado Federal. A nova Constituição foi datada de 24 de janeiro de 1967.

Para Willington Germano, a nova Constituição “*viola o princípio republicano*”.² A mesma dá poderes supremos ao Executivo, controlados principalmente pelos Atos Institucionais número 1 e 2 que assumem o caráter permanente de poder constitucional. “*Essa Constituição consagra a militarização do Estado e concede autonomia de atuação as forças armadas*”.³

Em 1966, era forte o sentimento anti-governo. Havia um grande número de manifestações e marchas de protestos por todo país, em sua maioria liderada por estudantes universitários que, mesmo com a repressão e prisão de alguns companheiros, realizaram o Congresso Nacional da União Nacional de Estudantes (UNE), em Belo Horizonte. No entanto, a polícia acabou com o encontro, prendeu mais de vinte estudantes, outros fugiram e se refugiaram em conventos dominicanos e franciscanos, locais que ainda eram poupados pelos militares.

Líderes trabalhistas, estudantes universitários, pessoas ligadas a partidos políticos de esquerda eram presos e torturados nos quartéis de todo o Brasil.

Os militares invadiam as residências num completo desrespeito a todas as garantias individuais dos cidadãos, previstas na Constituição, muitas vezes sem qualquer mandato judicial, e levavam as pessoas para quartéis na tentativa de arrancar-lhes confissões através de torturas.

A suspeita da subversão por parte dos militares se estendiam a familiares e amigos das pessoas procuradas. À luz da ideologia da Segurança Nacional, o inimigo não era apenas uma pessoa física; era um eixo de relações visto como núcleo de uma organização ou partido político revolucionário.

O suspeito era torturado, na maioria das vezes, em sua própria residência para confirmar sua participação na luta contra o novo governo. O governo militar não media conseqüências nos seus atos. O interesse do mesmo era suprimir, de qualquer maneira, qualquer atitude contrária ao novo regime.

Em meio a crises políticas entre o poder Legislativo e Executivo, Castelo Branco encerrou o seu mandato.

Na vigência da nova Constituição, o Congresso nacional elegeu o Marechal Artur da Costa e Silva, empossado a 15 de março de 1967.

2. GOVERNO DE ARTUR DA COSTA E SILVA - 1967 A 1969

Artur da Costa e Silva assumiu a presidência do Brasil, em 15 de março de 1967, tendo como vice presidente Pedro Aleixo. Costa e Silva pretendia projetar uma imagem conciliatória, mas as agressões aos direitos dos cidadãos tornavam isso muito difícil.

As esquerdas começavam a articular novas formas de lutas. Aos poucos a oposição ao regime militar foi readquirindo forças no âmbito das ruas, das fábricas e das escolas, apesar de toda a repressão.

O movimento estudantil realizou grandes mobilizações contra o governo. Em março de 1968 ocorreu, no Rio de Janeiro, uma manifestação dos estu-

dantes contra o aumento das taxas universitárias, as salas de aulas inadequadas e o corte no orçamento para educação. Isso levou a polícia a intervir nesse manifesto, matando o estudante universitário Edson Luís de Lima Santos, de 18 anos de idade. Esse episódio abriu caminhos para novas lutas, e o movimento sindical dos trabalhadores começou a sofrer um processo de renovação e de resistência política e econômica com relação ao golpe. Foram deflagradas duas greves operárias: a primeira em Contagem -MG, onde os trabalhadores protestaram contra queda de salário, ocupando a sede da fábrica. Essa foi a primeira greve ocorrida depois da deflagração do golpe militar de 1964.

A segunda greve ocorreu dois meses depois, desta vez em Osasco-SP. Para Thomas Skidmore, *“Esse ativismo sindical significava o confronto entre o governo militar e os mais ousados adversários”*.⁴

Outro segmento que resolveu lutar contra os atos de tortura foi a igreja, na pessoa de Dom Helder Câmara. No início do golpe a Igreja deu seu apoio. Em seguida, por ver tanta tortura ela começou a enfrentar e questionar o novo governo. Com isso, passou a ser, também, vítima da ditadura com a prisão de vários sacerdotes e freiras que davam abrigos a cidadãos procurados pela cúpula militar. Os padres e freiras presos sofriam todos os tipos de torturas, desde a psicológica até a física. Alguns foram assassinados, os militares invadiram conventos não poupando nem os bispos. Todos eram vistos como subversivos pelo regime.

Os militares começaram a sentir que seu poder estava sendo posto à prova. O momento de fúria se deu quando o Deputado Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara, fez um discurso acusando as Forças Armadas de desrespeitar os direitos humanos.

Nesse momento, o governo militar de Costa e Silva percebeu que a oposição ao regime estava começando a se organizar através do crescimento de suas manifestações e do surgimento de grupos de oposição armada. Resolveu promulgar em 13 de dezembro de 1968 o Ato Institucional número 5, punindo, inclusive, a imprensa, não poupando sequer os jornalistas de prestígio Nacional.

Através do AI 5 o governo fechou as Assembléias Estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro, proibiu a publicação de notícias sobre movimentos de traba-

lhadores ou de estudantes, podendo demitir, remover, aposentar ou por em disponibilidade funcionários civis e militares. Também decretou recesso ao Congresso Nacional, determinando que o mesmo só voltasse a funcionar quando fosse convocado pelo presidente da República. Ainda como medida, confiscou bens de todos aqueles que sob a visão militar, enriqueceram ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública. Suspendeu a garantia de Habeas-Corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança Nacional.

Segundo Willington Germano, “*esse Ato Institucional deixava o Executivo forte, poderoso, ditatorial; um governo arbitrário que violava a sua própria legalidade, tendo um comportamento imprevisível*”.⁵ Nesse momento o governo podia fazer o que quisesse, pois o AI 5 não estabeleceu vigência de prazo. Era a ditadura sem disfarce.

A conseqüência da implantação desse Ato foi a paralisação quase completa do movimento popular de denúncia, resistência e reivindicação por parte daqueles que se posicionaram contra o regime, restando praticamente uma única forma de oposição: a clandestina.

Desta forma é que, os grupos armados de oposição ao regime partiram para um confronto direto com o Governo Federal, desencadeando ações armadas, como assaltos a quartéis e bancos e seqüestro de representantes do corpo diplomático. O governo militar sentiu que seu poder estava sendo violado e apertou ainda mais o cerco aos grupos armados, realizando batidas nas residências em busca de informações que pudessem deter a ação armada. Mas ocorre um episódio que ameniza todas essas perseguições: Costa e Silva adoece.

Em agosto de 1969, Costa e Silva sofreu um ataque, paralisando o lado direito de seu corpo. Seus correligionários tentaram esconder da imprensa o estado de saúde do presidente, mas a situação era grave.

Os três militares se reuniram para não permitirem que o vice presidente, Pedro Aleixo, assumisse a presidência. Para isso elaboraram o Ato Institucional número 12 que autorizava os mesmos a substituírem temporariamente o presidente Costa e Silva. Essa resolução causou inquietação geral na nação. Os ministros resolveram convocar o Congresso Nacional para que votassem e elessem o novo Presi-

dente. Dessa forma Emilio Garrastazu Médice assumiu a presidência do Brasil, tendo como vice Augusto Rademaker. Após a eleição do novo presidente o Congresso entrou novamente em recesso.

Na opinião de Nelson Werneck Sodré, *“ocorreu um golpe dentro do golpe”*.⁶ No momento em que Pedro Aleixo foi impedido de assumir a presidência, os ministros deixaram de cumprir a Constituição promulgada por eles mesmos.

Sob o lema Segurança e Desenvolvimento, Médice iniciou, em 30 de outubro de 1969, o governo que representou o período de maior repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana.

Desenvolveu-se um aparato de órgãos de Segurança, com características de poder autônomo, que levou aos cárceres políticos, milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina constante e normal.

3. GOVERNO DE EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICE - 1969 A 1974

O Congresso Nacional reabriu para eleger o candidato indicado pelas Forças Armadas para presidência: Emilio Garrastazu Médice. Para Evaldo Vieira, *“este general teve sua eleição bastante atribulada. Elevou-se ao cargo de presidência da República em 30 de outubro de 1969, depois de ser indicado como candidato único pelo Alto Comando do Exército, e de receber a sua confirmação pelo Alto Comando das Forças Armadas”*.⁷

Mesmo sendo apoiado pelos militares, Médice não foi eleito por unanimidade. O Congresso Nacional elegeu-o pelo voto indireto de 293 Deputados e Senadores, com 76 abstenções do MDB e nove ausências.

O governo Médice foi marcado pela maior repressão política do período da Ditadura Militar. A voz popular foi suprimida pelas mais variadas formas de tortura. As organizações oposicionistas caíram na luta armada clandestina. A oposição legal, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, ficou sem ter como manifestar os

descontentamentos, pois todos os textos eram revisados e censurados antes de chegarem aos meios de comunicação.

Havia um forte clima de repressão e os participantes dos movimentos armados resolveram ser ousados para conseguirem a liberdade de alguns companheiros.

Em 1969, seqüestraram embaixadores estrangeiros, em troca da liberdade de alguns companheiros que estavam presos nos quartéis de tortura. De todos os seqüestros o mais audacioso foi o do embaixador dos Estados Unidos. Nessa operação os guerrilheiros foram vitoriosos, pois o governo liberou 15 presos em troca da liberdade do embaixador norte-americano. A estratégia usada pelos grupos armados foi a de que se algum membro do grupo fosse preso seguraria pelo maior número de tempo possível as informações do local e nome das pessoas envolvidas naquela operação. Por algum tempo essa estratégia funcionou, mas logo os militares descobriram e começaram a efetuar os interrogatórios, ao capturar o membro da organização.

Ao capturarem os membros da organização usaram vários tipos de tortura, como: pau de arara, choque elétrico, afogamento e cadeira de dragão. Como a violência era muito grande, o preso capturado não resistia por muito tempo e dava as informações aos militares.

Depois de 1969, as forças responsáveis pela repressão atacaram e exterminaram os partidários dos grupos armados, que agiam na clandestinidade.

As operações repressivas tomaram várias formas, indo desde a busca e detenção de pessoas desarmadas até o uso da tortura para chegar as informações desejadas. Para combater os grupos armados os militares construíram barricadas com a finalidade de revistar veículos e pessoas. Casas foram invadidas e vistoriadas em busca de alguma coisa comprometedora, pessoas sem documentos eram suspeitos e, em geral, detidas.

Os militares justificavam esses atos como urgências em conseguir informações que extinguissem os grupos armados.

O cerco policial ficou cada vez mais fechado. Foram vigiados amigos e parentes, as correspondências foram censuradas e os telefones grampeados. Havia uma legião de informantes que muitas vezes delatavam pessoas inocentes.

Havia órgãos ligados ao governo para informações políticas através do Serviço Nacional de Informações (SNI). Esse serviço era ligado diretamente com o poder Executivo. O Exército criou o CIEX, a Marinha instituiu o CINEMAR e a Aeronáutica deu origem ao CISA.

Com o aumento da luta armada no Brasil, as polícias estaduais perderam sua missão de praticar a repressão. No ano de 1969, os militares criaram a operação Bandeirantes (OBAN), ligada ao segundo Exército em São Paulo. Esta operação se voltou para repressão direta e violenta, aplicada a suspeitos e a participantes de grupos armados.

Em 1970, apareceu em São Paulo o Comando Operacional de Defesa Interna (CODI), tendo como órgão de execução o Destacamento de Operações Interna (DOI). Estas organizações se constituíram como os locais de maior repressão efetuada no governo Médice.

Thomas Skidmore comenta que *“os militares enfrentaram um problema imediato, que foi a falta de pessoas com experiências em interrogatórios. Eles resolvem a questão solicitando a colaboração de detetives da polícia que estavam habituados a interrogarem presos comuns”*.⁸ A consequência disso foi que esses detetives praticavam as mesmas torturas em presos políticos e em presos comuns.

O enfraquecimento do movimento da luta armada se deu quando os líderes do movimento foram presos. Com isso, os militares se sentiram mais seguros para seguirem adiante com as prisões e torturas.

Através das torturas os militares conseguiram informações de como encontrar Carlos Marighela, líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN), como também, conseguiram prender depois de um certo tempo Carlos Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), depois foi morto no Sertão da Bahia.

Mesmo com as prisões dos líderes das guerrilhas, as torturas nos quartéis não acabaram. Os militares possuíam uma rede de repressão muito organizada, facilitando a captura do restante do grupo.

Na obra Brasil: nunca mais, podemos conhecer alguns depoimentos:

A Assistente Social Ilda Siegl, de 26 anos, declarou em seu depoimento no Rio de Janeiro, em 1970:

*“(...) o que mais influiu no ânimo da depoente foi o fato de ser demonstrado a ela um rapaz, que hoje sabe ser Flávio de Melo e que se encontrava arrochado no braço e com o rosto inchado, e disseram à depoente que, se não concordasse em colaborar, ficaria igual a ele: (...) que disseram a ela que a tortura ali era científica, não deixava marca: (...) que foi espancada e despiram a depoente e provocaram choques elétricos: que, enquanto um aplicava o choque, o Dr. Mimoso abanava a depoente para que a mesma não desmaiasse; (...) que aplicaram choque nos seios, no umbigo e na parte interna das coxas (...)”.*⁹

Muitos dos depoimentos dados nos quartéis militares eram forjados, traziam confissões falsas, pois o que os prisioneiros queriam era o fim das torturas a que estavam sendo submetidos e para isso confessavam até o que não tinham feito.

Alguns assinavam os depoimentos sem conseguir ler o que neles estavam inscritos. Na mesma obra Brasil: nunca mais encontramos um depoimento que retrata exatamente essa situação.

A Assistente Social Luiza Gilka Oliveira Rabelo, de 29 anos, que foi ouvida na Auditoria de Fortaleza, em 1973 relata:

*“(...) ao final das entrevistas, o Inspetor Xavier apresentou à interroganda um documento datilografado para que assinasse; que não chegou a ler devidamente o conteúdo dos documentos datilografados, porquanto tal não lhe foi permitido; que, entretanto, verificou logo à primeira vista que o citado continha coisas horríveis com respeito não só à pessoa da interroganda, como a de outras pessoas, (...) que a interroganda assinou tal documento para se ver livre daquele vexame que estava passando; (...)”.*¹⁰

Após conhecermos a administração dos três primeiros presidentes militares podemos concluir que o aparato repressivo era muito violento. Qualquer pessoa poderia ser implicada como subversiva e tratada como se fosse um criminoso comum.

Não importava a forma de obter informações daqueles que os militares taxavam de subversivos. O que interessava era desarticular o movimento armado.

Em todas as três administrações o país foi consumido pela repressão e por momentos de violências incalculáveis, mas na administração do Presidente Médice o aparato repressivo perdeu totalmente o controle. Não havia mais leis jurídicas, apenas a lei da força, onde o que importava era a violência física para se obter confissões de atitudes que, muitas vezes, não tinham sido cometidas pelo acusado.

NOTAS

01. SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985. p. 57.
02. GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil. p. 63.
03. Id. ibid. p. 64.
04. SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985. p. 159.
05. GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil. p. 159.
06. SODRÉ, Nelson Werneck. Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil. p. 115.
07. VIEIRA, Evaldo. A república brasileira. p. 30.
08. SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985. p. 256.
09. BRASIL: nunca mais. p. 204.
10. Id. ibid. p. 208.

III - O golpe militar em Natal

1. Governo de Aluizio Alves

Aluizio Alves iniciou sua vida política como jornalista em 1942. Ficou conhecido no Estado por apresentar dois programas radiofônicos na Rádio Educadora de Natal. Um dos programas se chamava Glória Brasil e o outro Oração da Ave Maria.

Elegeu-se Deputado Federal, em 1946 e, em 1950, fundou o jornal Tribunal do Norte. Em 1958, candidatou-se novamente a Deputado Federal, sendo o mais votado do Estado.

Aluizio sempre foi vinculado a União Democrática Nacional - UDN, a José Augusto e a Dinarte Mariz.

Em meados de 1959, Aluizio se sentiu preparado para concorrer às eleições de 1960, para governador do Estado, e decidiu que seria candidato. Utilizou-se do rádio para fazer sua campanha. Lançou um programa chamado Um Amigo em Cada Rua. Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva, "*através desse programa ele visitou diversas ruas da capital levantando os problemas de cada uma*".¹ Com isso, Aluizio foi se tornando presente em todas as ruas da capital e foi envolvendo o eleitor a seu favor.

Aluizio não obteve o apoio de Dinarte Mariz, líder da UDN, à sua candidatura ao governo do Estado, pois Dinarte já resolvera apoiar Djalma Aranha Maranhão. Mesmo assim, Aluizio não desistiu e se desligou da UDN para poder enfrentar as eleições. Para tanto, buscou apoio de outros partidos e fez a junção do PTB, PDC e PTN, criando, assim, a Cruzada da Esperança, tendo a sua candidatura oficialmente lançada pelo PSD (Partido Social Democrático).

A chapa de Aluízio teve como vice governador Monsenhor Walfredo Gurgel. Aluízio buscou o apoio do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Socialista de Djalma Maranhão.

Para Willington Germano, *"a campanha política foi feita utilizando as modernas técnicas de comunicação e com forte apelo emocional, seguindo as recomendações de uma empresa de publicidade, (...), que elaborava a propaganda e sugeria comportamentos e atitudes a serem seguidos pelos candidatos a governo e vice"*.² Foram utilizados slogans como: fome ou libertação? mendicância ou trabalho? miséria ou industrialização? Usaram um verdadeiro apelo emocional.

Aluízio também utilizou em sua campanha uma profissão de fé na moralização dos costumes políticos e criticou bastante o governo de Dinarte Mariz.

Dinarte, por sua vez, não deu ouvidos às críticas de Aluízio e continuou a administrar o Estado do seu jeito. O término de seu governo ficou marcado pelo desencadeamento de um processo político-administrativo de forte cunho patrimonialista.

Constantes conflitos surgiam na Assembléia Legislativa, pois nem os deputados opositores nem o povo tinham acesso à Assembléia. O governador Dinarte Mariz concedeu inventários políticos, contemplou correligionários e amigos com empregos, aposentadorias e bons cargos políticos. Essas atitudes se resumiram em um verdadeiro abuso do poder público.

A campanha política de Aluízio Alves transcorreu de forma vitoriosa e, em 31 de janeiro de 1961, Aluízio Alves assumiu o governo do Estado.

A proposta do novo governador era governar de uma forma modernizadora. Iniciou comprando a rádio Cabugi de Natal, utilizando-se dela durante todo o seu mandato para divulgar suas obras e sua administração.

Aluízio se apresentava favorável ao progresso e, em sua administração, priorizou a modernização administrativa, estabelecendo a infra-estrutura para a industrialização. Para tanto, aliou-se ao imperialismo norte-americano através da Aliança para o Progresso; essa aliança possibilitou ao governo receber recursos para executar seu programa.

Nesse período, a situação política do nordeste, no que concerne a organização dos trabalhadores rurais, através das ligas camponesas, preocupava o governo norte-americano. Este temia que aqui ocorresse o mesmo que acontecera em Cuba: uma organização de trabalhadores com tendências esquerdistas. Como o governador Aluizio Alves era simpatizante e favorável ao progresso, e não comungava das idéias esquerdistas, os norte-americanos resolveram lhes conceder apoio para o seu programa de governo.

Segundo Willington Germano, "*Alves era considerado um político receptivo e, por isso, não teve dificuldades em receber o apoio da Aliança*".³ O que os americanos visavam era fortalecer os políticos que fossem contra rebeliões sociais. Era a estratégia usada para neutralizar os governadores indesejáveis aos ditames americanos, como: Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul e Miguel Arraes, em Pernambuco, ambos de esquerda e com idéias socialistas.

Aluizio viajou aos Estados Unidos para concretizar seu apoio à Aliança para o Progresso. Lá foi recebido pelo Presidente Kennedy que lhe deu apoio financeiro para a execução de seus projetos.

O governo americano liberou vinte milhões de dólares. Esses recursos foram direcionados para a execução de projetos, nas seguintes áreas: agricultura, casas populares, pecuária, abastecimento de água, saúde e educação.

De volta ao Rio Grande do Norte, após a viagem aos Estados Unidos, Aluizio perdeu o apoio de um dos seus aliados políticos da época de sua campanha para governo, o então Prefeito Djalma Maranhão, que possuía uma postura nacionalista e, portanto, discordava da aliança feita por Aluizio com os americanos.

Aluizio uniu-se aos nacionalistas e às esquerdas visando, apenas, uma vitória em sua campanha para governo do Estado do Rio Grande do Norte. Ele não possuía tendências esquerdistas e nem socialistas, pois pertencia aos quadros da UDN, mantendo-se sempre fiel à postura de seu partido. Como não obteve apoio para candidatar-se, mudou de lado.

Logo que assumiu o cargo de governador, mostrou sua postura autoritária, quando impediu uma passeata de estudantes da Faculdade de Direito, usando a sua autoridade através do Secretário de Segurança, Capitão Manoel Leão. O Secretário

ordenou que os policiais cercassem a passeata e destruíssem todos os cartazes que protestavam contra a administração do governador Aluizio Alves.

Para Justina Iva de A Silva, “*esse episódio mostrou o nível de relacionamento autoritário e intolerante que o governador mantinha com os estudantes que lhe faziam oposição ou criticavam a sua administração*”.⁴

Os estudantes não foram os únicos a serem reprimidos por Aluizio Alves. Suas ações repressivas atingiram outros setores: estas duas categorias trabalhadores da construção civil e polícia militar resolveram fazer uma greve em protesto por melhores salários. A solução encontrada para reprimir esses movimentos foi a utilização das forças armadas. Aluizio convocou o Exército para pôr fim às manifestações e ameaçou bombardear o quartel da polícia militar. Dessa forma, Aluizio conseguiu parar os grevistas.

No plano de realizações, o Governador Aluizio Alves desempenhou papel de destaque, implementando obras de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento do Estado. Ele trouxe eletrificação, fez o abastecimento de água, construiu estradas e trouxe o serviço de telecomunicação. Criou a Cosern e Telern, respectivamente.

Aluizio também resolveu investir na educação do Estado e viajou até o Recife-Pe, em busca da cooperação do professor Paulo Freire, visando a implantação, no Rio Grande do Norte, do seu método de ensino para adultos. Aluizio iniciou esse projeto em sua cidade Natal, Angicos.

Paulo Freire aceitou implantar seu projeto no Rio Grande do Norte, desde que Aluizio aceitasse cumprir duas exigências suas: a primeira era que a liderança do projeto ficasse sob a responsabilidade da União dos Estudantes e, a segunda, dizia respeito ao compromisso, por parte do governo do estado, de não permitir a interferência da Aliança para o Progresso nos destinos da experiência. Aluizio aceitou as condições e o projeto começou a ser implantado.

A equipe técnica teve assegurada toda autonomia por parte do governo do estado, reservando o dinheiro da Aliança para o Progresso na compra de equipamentos.

Inicialmente, tudo correu bem; o projeto começou a alcançar bons resultados. O projeto objetivava conscientizar as classes populares dos seus direitos políticos e de como se organizarem para alcançar seus objetivos. Criou-se uma consciência crítica quanto aos direitos e obrigações dos cidadãos perante a sociedade e seus governantes, além de alfabetizar.

As notícias de que o projeto educacional criado no Rio Grande do Norte estava modificando a forma de pensar e agi das pessoas de classe menos favorecida, deixou os americanos bastante preocupados. Os financiadores da Aliança para o Progresso pressionaram o governo de Aluizio Alves a cortar as verbas do projeto, objetivando, com isso, pôr um fim no processo de conscientização que havia se iniciado com a chegada do projeto de Paulo Freire.

O clima de mudanças econômicas e sociais se manifestava em todo o país. A explosão cultural estava em evidência. Então, os militares resolveram coibir todas essas manifestações, deflagrando o golpe de 31 de março de 1964. *

No início o governador Aluizio Alves não manifestou sua opinião com relação ao golpe, pois não sabia ao certo qual era a sua dimensão. Ao fazer contatos com a imprensa nacional, sentiu que o golpe era irrevogável e que o Presidente João Goulart já havia fugido do país. Portanto, o poder, nesse momento, pertencia aos militares. Aluizio resolveu aderir ao golpe e iniciou a instauração de inquéritos policial militar (IPM) no Rio Grande do Norte. Convocou os Srs. Carlos Veras e José Domingos para comandarem os inquéritos no Estado, apurando a participação dos norriograndenses que comungavam das idéias do Presidente João Goulart.

Segundo José Airton, "*Aluizio foi o único chefe de Estado, que durante o regime da ditadura militar, baixou um Ato Institucional com objetivo de punir os que ele considerava contra sua administração*".⁵

"*O Diário Oficial do dia 24 de abril de 1964, de número 559, publicava o Ato Institucional que se destinava a punir atos e atividades dos servidores públicos estaduais e municipais, civis e militares que exercerem contra o patrimônio público ou desrespeite à autoridade constituída*".⁶ Esse Ato foi a forma encontrada pelo governador Aluizio Alves, para punir seus adversários políticos.

* Este parágrafo está deslocado.

Através desse Ato Institucional os cidadãos norte-riograndense sofreram todos os tipos de vexames. Muitos foram convocados a depor nos IPMs e forçados a dar informações sobre organizações que lutavam contra o novo governo. Os inquisidores, Srs. Carlos Veras e José Domingos, usavam todos os tipos de torturas físicas e psicológicas em busca de informações.

Em contra partida, Aluízio começou a ser acusado de desonestidade no tocante às finanças do Estado. O seu maior adversário, Dinarte Mariz, procurou, incessantemente, tornar público os desvios de dinheiro público.

Aluízio foi acusado de instituir um caixa dois que, na época, foi chamado de Conta Especial. Segundo José Ayrton, *“Aluízio conseguiu gerir as finanças estaduais a seu bel prazer, sem qualquer tipo de fiscalização, controle ou formalidade legal”*.⁷

A “Conta Especial” trouxe conseqüências desastrosas para o governo, submetendo-o, em 1968, a uma fiscalização nas contas de sua gestão pelo Tribunal de contas do Estado. Foram detectadas várias irregularidades, comprovou-se, também, o uso, por parte do governo, de viaturas oficiais, aviões, carros com chapas frias e caminhões para transportar pessoas para comícios. O maior de seus erros foi nomear milhares de funcionários públicos em um período de vedação institucional. Ao reconhecer seu erro, Aluízio mandou retirar de circulação o Diário Oficial que continha a listagem das nomeações. Esse jornal datava de 03 de julho de 1965, e o seu número foi 871.

A situação acima mencionada teve repercussão futura.

A administração de Aluízio Alves estava chegando ao fim e ele lançou Monsenhor Walfredo Gurgel como candidato ao governo do Estado. Seu adversário era Dinarte Mariz. A campanha tornou-se acirrada, mas o vencedor foi o Monsenhor Walfredo Gurgel, que assumiu o governo em 31 de janeiro de 1966, tendo como seu vice, Cláudio Coutinho da mota.

Monsenhor Walfredo Gurgel não realizou muitos empreendimentos. Seu antecessor havia deixado grandes problemas de ordem financeira e ele foi obrigado a resolvê-los.

Em 1969, Aluizio Alves perdeu seus direitos políticos, pois veio à tona todas as irregularidades ocorridas no seu governo. A solução encontrada pelo governo militar foi cassar seus direitos políticos, ficando fora da política até o ano de 1982.

2. Administração de Djalma Maranhão

Djalma Maranhão iniciou sua vida pública muito jovem como militante do Partido Comunista e participante da rebelião de 1935, quando foi cabo do Exército. A carreira política de Djalma foi bastante ativa: Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito em dois mandatos, presidente do Partido Trabalhista Nacional e Partido Social Progressista, Diretor do Jornal de Natal e Diário, proprietário da Folha da Tarde, autor de estudos sobre folclore, política e economia.

Em 1954 Djalma foi eleito Deputado Estadual pelo Partido Social Progressista (PSP) e nas eleições de 1955, para governador do Estado, apoiou Dinarte Mariz, vitorioso do pleito. A consequência desse apoio veio com sua nomeação a prefeito de Natal, tomando posse em 1º de fevereiro de 1956.

Essa união de forças não durou muito tempo. Havia conflitos internos em virtude de sua heterogeneidade; Dinarte significava uma das mais legítimas lideranças da oligarquia algodoeiro-pecuarista e era um anti-comunista ferrenho. Djalma Maranhão, ao contrário, era originário de outra vertente política e se identificava com as causas populares. Conseqüentemente, esse conjunto de forças antagônicas não poderiam conviver por muito tempo. Em 1959, Djalma Maranhão rompeu com Dinarte Mariz, renunciando ao cargo de prefeito indicado e reassumindo sua cadeira de Deputado Federal.

Em 1960, através de uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa, o município de Natal, pela primeira vez, teria um prefeito eleito pelo voto direto.

Djalma Maranhão lançou-se candidato popular, sem fazer nenhuma ligação com grupos políticos tradicionalmente fortes. Buscou apoio do povo em geral e dos grupos políticos ligados aos jornais que ele prestou serviços.

Em janeiro de 1960, Djalma registrou sua candidatura sob a legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), tendo sua candidatura impugnada pelos Partidos Democrata Cristão (PDC), Partido Social Democrático (PSD), sob alegação de que havia exercido o cargo de prefeito de Natal em período imediatamente anterior, conforme previa um dispositivo constitucional.

O caso foi julgado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e o Juiz rejeitou a impugnação e Djalma se candidatou.

Djalma fez aliança política com Aluizio Alves. Mesmo tendo idéias divergente, uniram-se para derrotar o candidato Dinarte Mariz, para governador, e Luis de Barros, para prefeito.

Djalma Maranhão contava com poucos recursos econômicos e lutou contra a máquina administrativa instalada na prefeitura e no governo do Estado. As forças de oposição criaram os comandos populares. Estes funcionavam como comitês centrais, compostos por políticos, estudantes, líderes sindicais e de bairros.

Os comandos criaram os acampamentos nacionalistas, barracas de lona instaladas nas feiras livres. Realizavam alistamento eleitoral e fixaram urnas em locais públicos para se depositar contribuições financeiras destinadas a movimentação política. Segundo Willington Germano, "*era o início da campanha do tostão contra o milhão*".⁸

Nas sedes dos comitês foram discutidos os problemas sofridos pela sociedade natalense, e armadas estratégias da campanha com a participação do povo.

Para Willington Germano, "*Djalma maranhão apresentava-se como administrador e como político. Como administrador marcou o seu governo na prefeitura com um trabalho em favor da coletividade e do bem comum (...). Como político, defendeu as idéias básicas da doutrina nacionalista, que prega antes de mais nada a emancipação econômica do país, a valorização do trabalho, o respeito à dignidade da pessoa humana e às liberdades democráticas*".⁹ Por ter assumido essa postura, Djalma recebeu apoio de vários sindicatos de trabalhadores em sua campanha.

As eleições foram realizadas em 03 de outubro de 1960; Djalma Maranhão e Luis Gonzaga dos Santos venceram. Willington Germano considera que “*essa vitória foi fruto da participação popular através dos comitês nacionalistas*”.¹⁰

Djalma assumiu a prefeitura em 05 de novembro de 1960, em clima de festividade popular. Ao assumir, encontrou a prefeitura em má situação, pois o antigo prefeito José Pinto Freire não administrou corretamente as finanças do município.

O novo prefeito tomou uma série de providências para colocar as finanças da prefeitura em ordem: fez mudanças na cobrança de impostos, aumentou as alíquotas dos impostos das indústrias, efetivou pagamento do imposto territorial urbano, aumentando significativamente a arrecadação. Dessa forma Djalma colocou as finanças em dia.

Em 1961, sua administração sofreu pressões dos empresários de transportes. Realizaram a deflagração de uma greve para obter o aumento das tarifas dos transportes. Djalma resistiu e, às pressas, organizou um esquema de transportes em cooperação com as forças armadas, com a rede ferroviária e o povo fez uso de caminhões. Todas essas providências fizeram com que o povo continuasse se deslocando para trabalhar. Então, os empresários analisaram a situação e recuaram, concordando com a proposta de reajuste feita pela prefeitura.

Segundo Justina Iva de A Silva, “*a administração do prefeito Djalma Maranhão em Natal foi feita com base nas discussões, debates e reivindicações dos seus dias de campanha*”.¹¹ Djalma procurou cumprir dentro de suas possibilidades todo o programa feito com as bases nas discussões dos comitês. Conseguiu, assim, vencer o impasse junto aos empresários de transportes. Ele se uniu ao povo e resolveu a questão.

A principal meta a ser cumprida na administração de Djalma era acabar com o analfabetismo na cidade do Natal, pois a situação educacional era muito precária. O número de escolas era muito reduzido para a quantidade da população em idade escolar. Como a prefeitura não dispunha de recursos para construção de escolas, resolveu montar escolas de palhas que pudessem ser usadas pelas pessoas que não frequentavam as escolas oficiais.

Assim surgiu a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Djalma iniciou a partir dessa campanha a organização cultural do município de Natal. Foram criadas bibliotecas, praças de cultura, teatro do povo, galeria de artes e construção de praças de esporte. Foi uma verdadeira explosão cultural, com a participação ativa do povo.

A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler foi coordenada pelo então Secretário de Educação, professor Moacir de Góes, apoiado por vários setores intelectuais e meios de comunicação em nível nacional: Diário de Notícias e Semanário do Rio de Janeiro, através de Nelson Werneck Sodré.

Os conteúdos ministrados na campanha iam desde cursos de preparação pedagógica até estudos dos problemas da realidade brasileira. Os temas, em geral, tratava sobre o processo espoliativo do imperialismo, cultura brasileira e alienação, cultura popular, análise e crítica da Constituição Brasileira, realidade brasileira, reformas de base e aspectos da economia brasileira.

Os conteúdos despertavam o senso crítico daqueles que freqüentavam as escolas. Isso começou a repercutir a nível nacional, deixando a cúpula militar preocupada, pois o povo começava a se organizar para exigir melhores condições de vida. Para os militares, o Governo de João Goulart e a administração municipal de Natal, na pessoa de Djalma Maranhão, estavam incentivando o povo a ter idéias comunistas.

A campanha tornou-se um sucesso, em nível de Rio Grande do Norte, e logo foi expandida para os municípios. Em janeiro de 1964, cerca de quarenta prefeitos municipais propuseram levar a campanha a seus municípios.

Nesse período o governo federal estava vivendo uma grande crise: de um lado as massas se organizando e reivindicando mudanças econômicas e sociais; do outro, uma cúpula militar que se preocupava em manter a sua hierarquia militar e almejando assumir o comando do país. Como a organização das forças populares não estava solidificada, foi fácil para a cúpula militar romper com esse processo de mudanças, instalando, em 31 de abril de 1964, o governo ditatorial militar no Brasil.

Nesse contexto, o movimento de educação e cultura popular foi disseminado no Rio Grande do Norte. O Prefeito Djalma Maranhão tentou resistir ao gol-

pe, mas logo entendeu que os militares não hesitariam em usar de violência para que suas ordens fossem cumpridas.

Segundo Willington Germano,

“Repetindo o que ocorria em outras partes do país, o movimento militar de 1964 desencadeou uma ação rápida e fulminante, não dando margem ao surgimento de qualquer tipo de resistência”.¹²

Após a deflagração do golpe, Djalma Maranhão e toda a sua equipe de assessores foram perseguidos pela ditadura. Todos os intelectuais que estavam envolvidos no projeto de educação e cultura popular foram submetidos a inquéritos militares, pois para o governo militar eles tinham envolvimento direto com os articuladores da revolução cubana.

Djalma Maranhão encerrou o seu mandato como prefeito de Natal, sendo preso pelos militares. Passou oito meses na prisão e ao ser liberado viajou para o Rio de Janeiro. Lá se encontrou com Dinarte Mariz e ficou durante três dias em sua residência, até conseguir exilar-se no Uruguai, vindo a falecer seis anos depois.

3. Deflagração do golpe em Natal

O golpe militar de 1964⁷ desencadeou uma ação rápida e fulminante, não deixando margem para qualquer ato de resistência. Os setores populares ainda estavam se organizando e não puderam imaginar o poder de organização e repressão dos militares.

Em Natal, a prontidão dos quartéis na noite de 31 de março de 1964 foi o sinal de que a ditadura chegara para ficar. Os soldados ocuparam os principais pontos da cidade durante toda a noite.

O Prefeito Djalma Maranhão se posicionou contra o golpe através de nota à imprensa escrita, conclamando o povo a se manter permanentemente em estado

de alerta nos seus sindicatos, diretórios, órgãos de classe e sociedades de bairros. Nessa nota o prefeito também falou que apoiava as propostas do Presidente João Goulart, e a partir daquele momento a prefeitura municipal transforma-se em quartel general da legalidade e da resistência. Essa medida irritou os militares, os quais se sentiram ameaçados com essa atitude do prefeito; imediatamente o Almirante Mário Cavalcante de Albuquerque, Comandante Naval de Natal, e o Coronel Alberto Carlos de Mendonça Lima mandaram publicar, no mesmo jornal, nota informando que tomariam medidas repressivas, no sentido de impedir que as classes operárias e os estudantes fizessem aglomerações em locais públicos, passeatas ou comícios.

O governador Aluizio Alves, em princípio, não deu opinião com relação ao golpe militar, mas ao tomar conhecimento da dimensão do fato, tratou de se unir aos militares e mandou publicar uma nota junto à imprensa, apoiando o golpe.

Em Natal não houve resistência e, na manhã de 1º de abril, a prefeitura estava praticamente vazia. A divulgação da nota do prefeito não atraiu ninguém. Só apareceram assessores, estudantes e alguns políticos que ansiavam por notícias do golpe. O prefeito Djalma recebeu as pessoas em seu gabinete, mas estava preocupado com os acontecimentos.

As sedes dos sindicatos foram ocupadas por militares, e à noite, os estudantes realizavam uma assembléia no restaurante universitário. A assembléia foi dissolvida pelos militares. Ainda no dia 1º de abril, às 21 horas, estavam reunidas algumas pessoas na prefeitura, ouvindo rádio em busca de notícias com relação ao golpe, quando chegou um grupo de soldados comandados por um oficial do Exército. Entraram no gabinete do prefeito, apontando uma metralhadora e gritando: "*acabou a baderna. Prá fora seus comunistas*".¹³ Todas as pessoas que estavam na sala ficaram surpresas. O oficial do Exército reconheceu o líder sindical Evlin Medeiros e o levou preso.

Apesar do episódio ocorrido na noite anterior, o prefeito chegou muito cedo para seu expediente na prefeitura, no dia 02 de abril. Às 17:00 horas encerrou-se o expediente, pois foram presos o prefeito Djalma e seu vice Luis Gonzaga dos Santos.

Djalma foi conduzido ao quartel do Exército e levado à presença do Coronel Mendonça Lima. O Coronel propôs a Djalma sua renúncia do cargo e em troca teria assegurada sua liberdade. O prefeito recusou a proposta sendo levado para uma cela, ficando incomunicável.

Segundo Mailde Pinto Galvão, *“a prisão do prefeito e vice, em pleno expediente de trabalho, foi a consumação da violência contra os direitos humanos e contra a democracia, executada pela ditadura militar no Rio Grande do Norte”*.¹⁴

O governador Aluizio Alves contratou dois policiais de Pernambuco para iniciarem os inquéritos policiais. Os policiais eram Carlos Moura de Moraes Veras e José Domingos da Silva. Carlos Veras era muito experiente em torturas físicas sem deixar marcas, pois fez treinamento nos Estados Unidos.

O aparelho de repressão militar estava muito bem montado; os acusados respondiam inquéritos militares e nas comissões estaduais, municipais e federais.

Com a prisão do prefeito e vice, os cargos ficaram vazios e de acordo com a determinação da Lei Orgânica do município assumiria o presidente da Câmara Municipal, que, na época, era o Vereador Raimundo Elpídio. O mesmo assumiu provisoriamente.

Raimundo Elpídio ficou no cargo de prefeito apenas três dias, tempo suficiente para se entender com o governo do Estado, autoridades militares e vereadores. Com o aval de todos assumiu o Contra-Almirante Tertius César Pires de Lima Rabelo, o cargo de prefeito de Natal, e Raimundo Elpídio, como vice.

A vitória do golpe foi comemorada através da marcha da família, com Deus pela liberdade, no dia 07 de abril de 1964. No palanque oficial estavam: o Coronel Mendonça Lima, o governador Aluizio Alves e seu vice, o presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Oscar Siqueira, o novo Prefeito Tertius Rabelo, Presidentes dos sindicatos patronais, deputados e vereadores.

Em oito dias a situação política da cidade de Natal estava inteiramente modificada. Iniciaram-se as prisões, intervenções nos sindicatos e diretórios estudantis.

Para efetuarem as prisões, os militares isolavam toda área próxima às residências e invadiam as mesmas com fuzis e metralhadoras, revistando, principal-

mente, as bibliotecas, onde apreendiam livros que para os militares tinham conteúdo subversivo.

O novo prefeito Almirante Tertius iniciou sua administração destituindo, removendo e demitindo os funcionários municipais. Os primeiros a serem atingidos foram os da equipe de educação.

O principal alvo visado pelos militares eram as bibliotecas do projeto de educação popular. Ao chegarem nas mesmas, os militares rasgavam e confiscavam todos os livros que para eles tinham conteúdo comunista. Muitas vezes eles nem sabiam o conteúdo da obra. Bastava que fosse de capa vermelha ou tivesse carimbo militar. Alguns tinham sido doados pelo Exército brasileiro, mas, nas mentes militares, esses livros serviriam para preparar a população para guerrilhas.

Todos esses acontecimentos trouxe um verdadeiro aparato de repressão militar existente no Rio Grande do Norte.

4. A repressão - Prisões dos envolvidos.

Os inquéritos policiais militares se iniciaram e, com eles, as prisões tornaram-se freqüentes. Os principais envolvidos foram a equipe do prefeito Djalma, os militares de baixas patentes, os intelectuais e integrantes de sindicatos. Para os militares, todos estavam organizando uma guerrilha em busca de assumir o controle do país.

Dos indiciados, Marcos Guerra foi um dos primeiros a ser preso pelos militares. Ele era o Coordenador, em nível estadual, do projeto de educação para adultos no Rio Grande do Norte. Sua prisão foi efetuada em Caruaru - PE. Os policiais levaram-no para Recife, sendo entregue ao Coronel Ibiapina para ser submetido a interrogatórios. Ficou preso por quase cinquenta dias, sendo liberado por força de *Habeas-Corpus*. Regressou para Natal, e se submeteu a outro inquérito policial realizado

pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nesse inquérito foi acusado por Hilton de ser comunista e comandar greves em Natal. Marcos Guerra foi preso várias vezes até 1965, quando concluiu o curso de Direito e resolveu sair do Brasil indo morar na França.

As pessoas sob a observância dos militares passaram a viver numa constante angústia, pois a cada dia chegavam notícias de mais prisões.

O advogado Omar Fernandes Pimenta, técnico da equipe de educação da prefeitura, foi preso no dia 10 de abril, em seu local de trabalho, sendo levado para o quartel do Regimento de Obuses. Lá enfrentou interrogatórios carregados de torturas físicas e psicológicas.

As prisões eram efetuadas sem mandato judicial. Os militares chegavam nas residências num clima de terror, ^{NÃO} poupando sequer os familiares mais idosos ou crianças, filhas dos indiciados.

Moacir de Góes fez um relato dessa situação “*que o Exército invadira sua residência (...) que colocaram sua mãe, sob a mira de uma metralhadora, (...) que os militares levaram seus livros, (...) que sua filha Clara Raissa foi impedida de entrar em casa*”.¹⁵ Os militares criaram um clima aterrorizante em sua residência, se irritando muito mais por não encontrarem Moacir lá.

Moacir foi preso em 25 de maio de 1964, pelo Delegado Veras, sendo levado para o quartel da polícia militar. Lá chegando, submeteu-se a interrogatório. As acusações giraram em torno de seu envolvimento com a prefeitura, no tocante ao projeto de educação popular, como também as correspondências que o mesmo mantinha com Embaixadas de países Latino-americanos. Moacir declarou que precisava de material bibliográfico para ministrar suas aulas de História da América. Alguns dias depois Moacir foi transferido para o 16º RI. Essa era a forma encontrada para torturar emocionalmente os familiares do preso, que ficou sem notícias suas por alguns dias.

Os militares usavam todos os tipos de tortura para obter as informações desejadas, Mailde Galvão relatou em sua obra 1964: ACONTECEU EM ABRIL, os momentos difíceis vividos por ela em seus interrogatórios. Ela teve sua residência invadida pelos militares do Exército nos primeiros dias de abril. Levaram-na até o 16º Regimento de Infantaria para se submeter ao seu primeiro interrogatório.

Ao entrar na sala do interrogatório abriram sua bolsa e jogaram todos os pertences para fora, em busca de pistas e informações sobre possíveis contatos com os comunistas de Cuba. Os militares encontraram um soneto intitulado "*Soneto de abril*". O inquisidor concluiu que os versos contidos no soneto era uma senha preparada pelos guerrilheiros da esquerda para, no mês de abril realizarem uma luta armada. No soneto havia um verso que dizia "*agora que é abril e o mar se ausenta / secando-se em si mesmo, como um pranto*". Esse soneto foi a base do interrogatório de Mailde, ela nada tinha a declarar, pois o soneto não tinha nenhum significado com o golpe. Após o término do interrogatório Mailde voltou para casa, sendo presa em julho e só sendo liberada quase trinta dias depois. Ela só ficou livre dos inquéritos em abril de 1967.

A perseguição dos militares eram uma constante, prenderam líderes sindicais, funcionários de repartições, como o funcionário do Departamento de Correios e Telégrafos, Geraldo Pereira de Paula. Ele ficara visado pelos militares por ser advogado das Ligas Camponesas. Sua prisão aconteceu no dia 11 de abril de 1964. Mailde Pinto Galvão relatou o interrogatório a que foi submetido Geraldo Pereira "*levado a depor na noite do dia 11, foi submetido à tortura conhecida como BOITE, que consistia em ficar sentado frente a uma fortíssima lâmpada, distante dos seus olhos apenas uns vinte centímetros. De cada lado um soldado encostava-lhe uma baioneta abaixo de cada braço. Sem poder se mexer, Geraldo suportou a tortura por aproximadamente, três horas...*".¹⁶ Além desse episódio, Geraldo sofreu outro tipo de tortura: passou quase dois dias sem água e comida. As conseqüências desses momentos foram irreversíveis. Ele ficou com uma lesão irreversível nos olhos, da tortura BOITE.

Alguns presos foram levados para ilha de Fernando de Noronha. O ex-suplente de Deputado Federal Aldo da Fonseca Tinôco, o sindicalista Floriano Bezerra e o prefeito Djalma Maranhão viveram dias difíceis nessa ilha. Sofreram torturas físicas, sendo liberados após a visita do General Ernesto Geisel, chefe da casa civil da Presidência da República. Ele fora visitar os presos em Fernando de Noronha para verificar denúncias de maus tratos para com os presos. Aldo Tinôco viajou de volta para Recife com o general, tendo sua liberdade poucos dias depois. Ao se sentir livre não

retornou a Natal; viajou para o Rio de Janeiro, ficando lá na clandestinidade até conseguir novo *Habeas-Corpus*.

A ditadura a cada dia se tornava mais acirrada. Para alguns presos chegara o seu limite. As torturas eram aplicadas de forma brutal, muitos não resistiram e morreram nos quartéis. Foi o caso de Luiz Gonzaga dos Santos, vice prefeito de Natal, ^{que} faleceu na prisão em Recife no ano de 1967. Um outro que teve um final trágico, Luiz Inácio Maranhão, ~~era~~ ^{que} comunista convicto ~~e~~ os militares ~~o~~ prenderam nos primeiros dias de abril, ficando até agosto no quartel em Natal, onde sofreu todos os tipos de torturas físicas. Em seguida, foi transferido para ilha de Fernando de Noronha, lá conseguiu *Habeas-Corpus*. Sendo liberado, embarcou para o Rio de Janeiro. Ele achava que ficando em Natal correria risco de vida. Permaneceu de outubro de 1964 até janeiro de 1974 na clandestinidade, no eixo Rio-São Paulo. Foi preso novamente em 1974, em São Paulo, numa praça próxima a um bar. Levaram-no para o DOI-CODI do II Exército. Torturaram-no até à morte. As notícias a respeito de Luiz Maranhão só veio à tona, realmente, em 1992, através de entrevista concedida pelo ex-sargento do DOI-CODI, Marival Chaves, à revista VEJA de número 1262. O ex-sargento declarou que Luiz Maranhão fora levado para uma residência, em Itapevi-SP, e lá foi morto com uma injeção para matar cavalos.

Os militares viviam procurando os participantes de guerrilhas, mas, aqui em Natal, havia um deles: era o estudante Glênio Sá, ~~Membro~~ do Partido Comunista do Brasil. Ele embarcou para a guerrilha do Araguaia no início dos anos 70. No Araguaia, integrou-se ao modo de vida vivido pelos guerrilheiros. Viviam em constantes treinamentos militares na esperança de que, com um combate, o poder máximo do Brasil voltasse às mãos de um civil.

Os militares começaram, por volta de 1971, a entrarem na floresta do Araguaia, tentando desmanchar a organização armada que lá existia. Começaram a divulgar para os moradores dos povoados que os participantes das guerrilhas eram pessoas perigosas. Então os moradores com medo dos guerrilheiros se aliaram aos militares e facilmente todo o grupo foi disseminado. Glênio Sá, que era um deles, foi preso e levado para Brasília. Foi torturado fisicamente com choques elétricos. Os militares colocaram fios elétricos em várias partes do corpo de Glênio. A combinação mais vio-

lenta era feita com um dos fios num ouvido e outro enrolada em seu pênis. As torturas duravam horas seguidas. Os militares queriam que Glênio falasse com detalhes o roteiro da área da guerrilha. Como ele se negava, as sessões de tortura eram cada vez mais violentas. Sua prisão durou até o ano de 1975, quando foi liberado, retornando ao Rio Grande do Norte.

O golpe militar de 1964 deixou marcas profundas nas vidas daqueles que passaram pelos quartéis da ditadura. Em nome da Lei de Segurança Nacional foram cometidos assassinatos bárbaros por todo o Brasil. Destruíram muitas vidas e muito sangue foi derramado.

NOTAS

1. SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Em busca do voto perdido: os meios de comunicação na tentativa de restaurar um pacto populista. p. 24.
2. GERMANO, José Willington. Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão. p. 51.
3. Id. *ibid.* p. 58.
4. SILVA, Justina Iva de A. Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969). p. 69.
5. AYRTON, José. Da brejeira ao rabo de palha: uma história dos governos do Rio Grande do Norte. p. 85.
6. Id. *ibid.* p. 85.
7. Id. *ibid.* p. 87.
8. GERMANO, José Willington. Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão. p. 71.
9. Id. *ibid.* p. 74.
10. Id. *ibid.* p. 83.
11. SILVA, Justina Iva de A. Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960 - 1969). p. 88.
12. GERMANO, José Willington. Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão. p.149.
13. GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril. p.20.
14. Id. *ibid.* p. 26.
15. GÓES, Moacir de. Sem paisagem: memórias da prisão. p. 30.
16. GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril. p. 67.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término de nosso estudo podemos concluir que, João Goulart assumiu o poder em 1961 por contar com o apoio do Congresso Nacional, criando o Parlamentarismo como forma de evitar um golpe militar. Os militares por sua vez aceitaram a solução, por não entrarem em consenso quanto à posse do novo governo.

Em sua administração João Goulart não conseguiu resolver os problemas econômicos e políticos existente no Brasil. Governou com uma esquerda dividida e com a cúpula militar insatisfeita com suas medidas anti-imperialista.

Na nossa concepção o golpe militar foi deflagrado em 31 de março de 1964, por João Goulart ferir o que para os militares era intocável: a sua hierarquia militar, esse foi o ponto fundamental para a deflagração do golpe.

Com base na Doutrina da Segurança Nacional, os governos militares praticaram atos desumanos. Muitas pessoas foram presas e torturadas até a morte.

A repressão militar chegou em todo o país, os militares invadiam as residências desrespeitando as leis Judiciais, pois não apresentavam nenhum mandato de prisão, invadiam e prendiam todos que para eles tivesse idéias "*subversivas*". As confissões arrancadas através de torturas era a maior prova de que qualquer coisa poderia ser dita apenas para se livrarem da violência física vivida.

Os anos de repressão militar deixaram marcas de sangue e tortura naqueles que passaram dias de sua vida nos cárceres da ditadura, muitos até os dias de hoje não conseguiram reorganizar suas vidas, pois as conseqüências daquele período deixôu^{aram} marcas definitivas em suas mentes e corpos.

BIBLIOGRAFIA

01. ALVES, Aluizio. A verdade que não é secreta. Rio de Janeiro: Nova Lima Artes Gráficas LTDA, 1976. 193 p.
02. ALVES, Márcio Moreira. O Cristo do povo. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968. 294 p.
03. BRASIL: nunca mais: um relato para a história. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985. 312 p.
04. GERMANO, José Willington. Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão. 2 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. 180 p.
05. _____ Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993.
06. GALVÃO, Mailde Pinto. 1964 aconteceu em abril. Natal: Clima, 1994. 204 p.
07. GÓES, Moacir. Sem paisagem: memórias da prisão. Rio de Janeiro: Europa, 1991. 169 p.
08. LIMA, José Ayrton. Da brejeira ao rabo de palha: uma história dos governos do Rio Grande do Norte. Natal: Cooperativa dos jornalistas de Natal LTDA, 1986. 166 p.
09. PINHEIRO NETO, João. Jango: um depoimento pessoal. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1993. 206 p.
10. REIS FILHO, Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990. 200 p.
11. SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Em busca do voto perdido: os meios de comunicação na tentativa de restaurar um pacto populista. Natal: Coojornat, 1982. 91 p.
12. SÁ, Glênio. Araguaia: relato de um guerrilheiro. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1990. 44 p.
13. SILVA, Justina Iva de A Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969). São Paulo: Cortez, 1989. 201 p.

14. SODRÉ, Nelson Werneck. Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1984, 133 p.
15. SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo. 1930-1964. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 512 p.
16. _____, Brasil: de Castelo a Tancredo: 1964-1985. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608 p.
17. TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1985. 123 p.
18. VIEIRA, Evaldo. A república brasileira: 1964-1984. São Paulo: Ed. Moderna, 1985. 72 p.